

Resumos das comunicações

**II Congresso
Internacional
de Contabilidade
Pública**

14 e 15
março
2019

**Auditório
A. Domingues
de Azevedo
LISBOA**

**Reforma
da Gestão
Financeira Pública:**
desafios para
a investigação
e a prática



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

IPCA

CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE

FICHA TÉCNICA

Título

Resumos das comunicações do II Congresso Internacional de Contabilidade e Pública
- Reforma da Gestão Financeira Pública: Desafios para a investigação e a prática

Capa e Paginação

Duarte Camacho | Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

Impressão: Recicaixa, Lda, em março de 2019

ISBN: 978-972-9171-94-9

Depósito legal:

APRESENTAÇÃO

Falar a uma só voz com os estabelecimentos de ensino, os centros onde se produz o saber e apoiar os investigadores que dão o melhor do seu esforço, bem como promover um espaço comum de debate e partilha entre académicos e contabilistas certificados. São estes, em linhas gerais, os objetivos que pretendemos alcançar com a organização do II Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP), nos dias 14 e 15 de março de 2019, no auditório António Domingues de Azevedo e na sede da Ordem, em Lisboa. O evento será subordinado ao tema «A reforma da gestão financeira pública – desafios para a investigação e a prática».

Com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conjugado com a alteração ao Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, a exigência de um profissional que assuma a responsabilidade pela contabilidade nos diversos organismos da administração pública, seja central, local ou regional, é já uma realidade e um desafio suplementar que se coloca à profissão. Uma profissão que apesar de jovem em termos de reconhecimento público, alcançou já patamares de exigência, solidez e credibilidade, afirmando-se como um pilar da dinâmica económica do país.

Razões que fazem deste congresso um marco muito importante para aferir as grandes mudanças que se avizinham com a implementação do SNC-AP.

As transformações decorrentes deste normativo vão criar grandes oportunidades para os profissionais. E esta é mais uma oportunidade para que os contabilistas certificados possam acompanhar, de perto, as mudanças, os desafios e as exigências.

A contabilidade pública é uma área em expansão e que carece de profissionais qualificados, e esses só podem ser os contabilistas certificados.

Estamos, por isso, convictos, que este II Congresso Internacional da Contabilidade Pública irá trazer grandes oportunidades para o futuro e reforçar a mensagem que o caminho do rigor e das boas contas públicas só pode ser feito com a competência e o empenho dos contabilistas certificados deste país.

Não podia, por isso, ser mais oportuno dedicar um evento a esta temática que vai, certamente, dominar nos próximos tempos a prática contabilística e aprofundar o seu contributo em prol de uma sociedade mais transparente e mais próxima dos cidadãos. Esperamos, nesta que é a segunda edição do CICP, uma forte participação dos profissionais de Portugal e do estrangeiro, de forma a permitir refletir, em diversos ângulos,

sobre estas e outras questões, debruçando-se sobre temáticas técnicas e científicas que se relacionam com a profissão e que dizem cada vez mais respeito ao dia a dia de muitos portugueses.

Paula Franco

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

EDITORIAL

O II Congresso Internacional de Contabilidade Pública, que se realiza em Lisboa, nos dias 14 e 15 de março de 2019, no Auditório A. Domingos Azevedo, é uma organização conjunta do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (CICF - IPCA) e da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). A parceria entre a OCC e o IPCA tem vindo a solidificar-se nas últimas décadas, não só pelo apoio mútuo na organização de eventos desta natureza, como pelo apoio na realização de estudos (destacando-se o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses) e formações, visando sempre a disseminação, discussão e atualização do conhecimento dos profissionais e investigadores da área da contabilidade e gestão financeira, em prol de uma sociedade mais desenvolvida e mais próxima dos cidadãos.

O Professor **João Carvalho** foi e será sempre o elo de ligação entre as duas instituições. Os contabilistas, os professores e os estudantes que com ele se relacionaram não vão esquecer o seu exemplo de vida, a sua Obra, o seu percurso. Inspirou muitos para o estudo e a investigação da contabilidade pública, ajudou a formar muitos dos que hoje ensinam, investigam e trabalham nesta área. Os seus ensinamentos vão perdurar no tempo porque em cada um de nós será continuado o seu legado e o seu trabalho!

Este congresso é disso um Grande exemplo!!!

Esta segunda edição do congresso, destinada ao tema “Reforma da Gestão Financeira Pública: desafios para a investigação e a prática”, aborda a implementação das mais recentes reformas introduzidas pelas Normas Internacionais e pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e os desafios encontrados. Numa altura em que a introdução das mudanças contabilísticas ao nível da administração pública é uma realidade, não apenas nos países desenvolvidos como também nas economias emergentes, este congresso apresenta-se como uma oportunidade para promover o debate, a discussão e a reflexão sobre estas reformas, através de uma interligação entre académicos e profissionais. Pretende-se assim contribuir para aumentar a transferência de conhecimento nesta área e melhorar a investigação sobre a contabilidade do setor público e a prática orientada para implementação do SNC-AP. Durante o evento os participantes terão a oportunidade de assistir a sessões plenárias e sessões paralelas relacionadas com 12 temas diferentes. Ao II congresso

internacional de contabilidade pública associou-se também o CILEA (Comité de Integracion Latino Europa América) enriquecendo mais ainda a discussão e aprofundamento de boas práticas nesta temática, em particular no contexto da América Latina.

Fruto da relevância que o tópico tem atualmente e do interesse de investigadores e profissionais da área em aprofundar conhecimentos, receberam-se 82 trabalhos. Dos trabalhos recebidos, 68 foram aceites pela Comissão Científica, para serem apresentados em 6 sessões paralelas no congresso. A projeção internacional do evento é refletida pelo facto de os trabalhos recebidos serem oriundos de autores de 5 países, nomeadamente Brasil, Dinamarca, Espanha, Itália e Portugal.

Neste livro encontram-se os resumos dos trabalhos aceites, constituindo assim um ótimo registo de memória sobre a relevância dos temas tratados e o reconhecido mérito e excelência dos oradores/investigadores, cujos trabalhos serão apresentados durante os dois dias do congresso. Será ainda possível encontrar os melhores trabalhos, selecionados pela Comissão Científica, numa edição especial da Revista Portuguesa de Contabilidade e Gestão ou da *Tékhné – Review of Applied Management Studies*.

Aguarda-se agora com elevada expectativa a apresentação, discussão e conclusões do segundo Congresso Internacional em Contabilidade Pública, sendo grande a esperança de que este resulte para melhorar a investigação e a prática contabilísticas na administração pública com vista ao aumento da qualidade e da transparência dos serviços prestados aos cidadãos.

Maria José Fernandes
Presidente da Comissão Científica

ÍNDICE GERAL

Apresentação.....	3
Editorial	5
Índice geral.....	7
Áreas temáticas.....	7
Índice resumos das comunicações por tema	9
Resumos das comunicações.....	13
Comissão organizadora.....	65
Comissão científica.....	66

ÁREAS TEMÁTICAS

- A) Normas de contabilidade pública;
- B) Relato Financeiro do setor público;
- C) Auditoria pública;
- D) Fiscalidade no setor público;
- E) Contabilidade e controlo de gestão;
- F) Public governance;
- G) Gestão pública e organizações;
- H) Contabilidade ambiental no setor público;
- I) Normas de contabilidade e relato para o setor não lucrativo;
- J) A contabilidade pública na era das novas tecnologias;
- K) Educação e investigação da contabilidade do setor público;
- L) Outros tópicos de contabilidade e auditoria do setor público.

ÍNDICE

A Normas de contabilidade pública		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Aplicação do Justo Valor na Mensuração dos Heritage Assets: Estudo de Caso dos Municípios Portugueses da NUT III – Alto Minho	Susana Catarino Rua	16
Estudo dos Principais Desafios para a Implementação do SNC-AP: O Caso de um Serviço Integrado	Rafael Gomes; Paula Gomes dos Santos; Luís Malheiro	32
O Desafio da Adoção do Sistema de Normalização Contabilística nas Instituições de Ensino Superior	Maria da Conceição da Costa Marques	35
A preparação para a Implementação do SNC-AP nas Entidades Públicas	Susana Silva; Lúcia Lima Rodrigues; Marta Guerreiro	40
Ativos Intangíveis de Universidades Públicas Federais: Mensuração a Luz da Literatura Brasileira do Setor Privado	Rayane Menezes de Araújo; Abimael de Jesus Barros Costa	44
Evolução da Contabilização dos Subsídios nas Autarquias Locais em Portugal. Dificuldades e Desafios	Ana Catarina Kaizeler	45
Os Inventários à Luz do SNC e do SNC-AP	Teresa Godinho; Susana Silva; Maria da Conceição Aleixo	62
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes na Ótica Empresarial e Pública: o Caso Especial dos Municípios Portugueses	Andrea Libório Neto; Bárbara Borges Friza; M ^a Amélia Monteiro; Sónia Silva Barbosa	63
B Relato financeiro do setor público		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
The Role of Charts of Accounts In Public Sector Accounting	Susana Jorge; Diana Lima; Caroline Aggestam Pontoppidan; Giovanna Dabbicco	14
A Depreciação de Bens do Patrimônio Público: uma Abordagem Normativa Brasileira e a Problemática de Reintegração	Rodrigo Antônio Chaves da Silva; Nilton Aquino Andrade; Marcos Túlio da Costa	20
Proposta de Indicadores Financeiros a Partir da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos a Serem Aplicados em Empresas Estatais	Wanderson de Araújo Fernandes; Rodrigo de Souza Gonçalves; André Nunes	24
Relato e Avaliação da Sustentabilidade Financeira das Entidades Públicas	Pedro Correia Ribeiro; João Ricardo Catarino; Ana Lúcia Romão	53
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses: Análise Comparativa na Beira Interior	Rute Abreu; Ermelinda Oliveira	56
A Evolução do Relato Financeiro ao Relato de Sustentabilidade/ Integrado: uma Perspetiva do Setor Público e Privado	Sónia Monteiro; Verónica Ribeiro; Kátia Lemos	59
Impacto de Múltiplos Factores no Desequilíbrio Financeiro dos Municípios Portugueses	Sónia Paula da Silva Nogueira; Eva Cláudia Gomes da Costa Basílio; Nuno Adriano Batista Ribeiro	60

C Auditoria pública		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Eficácia das Auditorias Internas nas Universidades Federais Brasileiras	Natália Gonçalves de Sousa; Maria Marlúcia Nunes Ritter; Abimael de Jesus Barros Costa	37
Análise dos Relatórios de Auditoria de Gestão das Universidades Públicas Federais Brasileiras nos anos 2008 a 2016	Abimael de Jesus Barros Costa; Saulo Gouveia Lins; Enio Alves de Souza	41
O Sistema de Controlo Interno no Contexto da Nova Gestão Pública	Maria da Conceição Vilas Boas; Patrícia Gomes; Sara Serra	54
A Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria nas Entidades Públicas	Rute Abreu; Liliane Segura	57

D Fiscalidade no setor público		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Contabilidade Pública à Luz da Lei de Responsabilidade Fiscal	Francisco Apoliano Albuquerque; Geísa Cavalcante de Almeida; Gerson Luís Apoliano Albuquerque; Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque; Thiago Luís de Oliveira Albuquerque	23
A Contabilidade Pública e o Controlo Social	Francisco Apoliano Albuquerque; Geísa Cavalcante de Almeida; Gerson Luís Apoliano Albuquerque; Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque; Thiago Luís de Oliveira Albuquerque	26
A Aplicação do Imposto sobre o Valor Acrescentado às Entidades Sem Fins Lucrativos	Liliana Ivone da Silva Pereira; Maria de Lurdes Ribeiro da Silva	28

E Contabilidade e controlo de gestão		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Contabilidade Pública como Instrumento de Eficiência e Efetividade na Gestão Pública	Francisco Apoliano Albuquerque; Geísa Cavalcante de Almeida; Gerson Luís Apoliano Albuquerque; Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque; Patrícia Vasconcelos Sousa	17
O Problema da Aplicação Técnica do Orçamento Empresarial na Azienda Pública: uma Discussão Teórica no Contexto de sua Aplicação	Rodrigo Antônio Chaves da Silva	19
O Papel da Contabilidade de Gestão nos Municípios: o Caso do Município de Arcos de Valdevez	Eliana de Barros Freitas Fernandes; Patrícia Gomes	21
Eficiência nos Gastos de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: Uma Análise Envoltória de Dados	Nelize Aparecida de Oliveira; Luciano Ferreira Carvalho; Karem Cristina de Souza Ribeiro	22

H Contabilidade ambiental no setor público		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities	Ana Margarida Lima; Lídia Oliveira; Carlos Menezes; Ana Caria	39
A sustentabilidade e a contabilidade verde no SNC-AP: contributo para o enquadramento das emissões GEE e sequestro de carbono	Ricardo Pinheiro; Sandra Cunha	48

I Normas de contabilidade e relato para o setor não lucrativo		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Norma Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo: Tratamento dos Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	Clara Margarida Simões Gariso	42
Contributos da Contabilidade para a Gestão das IPSS	Cristina Maria Coelho Campos; Maria do Céu Gaspar Alves	50

K Educação e investigação da contabilidade do setor público		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
Análise Bibliométrica das Pesquisas Científicas sobre <i>Accountability</i> Publicadas entre 2013 a 2018	Wanderson de Araújo Fernandes; Jeremias Pereira da Silva Arraes	25
A Produção Científica sobre o <i>Balanced Scorecard</i> : Uma Análise Bibliométrica	Patrícia Rodrigues Quesado; Lúcia Lima Rodrigues; Beatriz Aibar Guzmán	27
IPSAS e o Ensino de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil	Fernando Gentil de Souza; José Bione de Melo Neto; Ana Beatriz Nascimento de Souza	33
Revisão da Literatura: Construção e Importância dos Índices de Divulgação e de Conformidade	Augusta da Conceição Santos Ferreira; Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto	36
Análise Bibliométrica da Produção Científica sobre Transferências Voluntárias no Brasil	Daniel Marques Moreira; Sónia Paula da Silva Nogueira; Ricardo Lobato Torres	43

F/G Public Governance/Gestão pública e organizações		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
Analysis of Expenses Quality of Credit Union of Free Admission of Associates in Santa Catarina	Leonardo Flach; Luísa Karam de Mattos	13
A New Public Management no Brasil	Vanuza da Silva Figueiredo	15
Considerações sobre as Despesas do Legislativo Municipal Reguladas pela Constituição Federal: uma Avaliação Contábil da Lei em Domínio de Fato e Orientações para a sua melhor Disposição	Rodrigo Antônio Chaves da Silva	18
Implementação do SNC-AP em Entidades Públicas da Região Autónoma da Madeira	Maria Antónia de Jesus; Giselle Arlet Vasquez Gomes	29
Contas Públicas: Opinião dos Eleitores	Carlos Nunes; Joaquim Sant'Ana Fernandes; Cristina Gonçalves	30
Public Governance, Regulação e Accountability	Dina Maria Rocha Machado	34
Eficiência e Desempenho do Sector Público Empresarial entre 2013-2017: um Olhar para a Saúde	Florentina Iulia Spînzurici Leonte	38

Estado, Contabilidade e Governo Eletrônico: Uma Análise Acerca destas Relações no Brasil	Armando L. Dias-da-Fé Jr.; Delfina Gomes; Lídia Oliveira	46
Public Governance: As Organizações Públicas e a Distribuição Inteligente de Incentivos Financeiros às PME	Susana Fernandes; Raul Laureano	47
A Nova Gestão Pública e o Sistema de Segurança Social Português	Maria de La Salette Rodrigues Carneiro	49
O Endividamento Municipal e a Eficácia dos Mecanismos de Alerta Precoce do RFALEI na Identificação dos Municípios sobre Endividados	Paula Gomes dos Santos; Carla Martinho	52
Fiabilidade do Indicador do PMP para Aferir as Práticas de Pagamento dos Municípios Portugueses	Carla Martinho; Paula Gomes dos Santos	55
A Implementação do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas nas Juntas Freguesias de Barcelos	Sara Serra; Cristiana Alves	58
Efficiency of Public Expenditures in Healthcare in Brazilian Municipalities: A Study using Data Envelopment Analysis and Tobit regression	Leonardo Flach; Luísa Karam de Mattos; Gustavo Schvartz	61

J/F | A contabilidade pública na era das novas tecnologias/Public Governance

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Adoption of Best Practices of it Governance by the Entities of the Brazilian Federal Public Administration	Márcia Nea Oliveira Pascoal; Oderlene Vieira de Oliveira; Luiz Fernando Gonçalves Viana	31
Uso da Tecnologia <i>Blockchain</i> como Instrumento de Governança Eletrônica no Setor Público	Lucas Teles de Alcantara; Eduarda Augusta Sales Rodrigues; Diana Vaz de Lima; André Nunes	51

Analysis of expenses quality of credit union of free admission of associates in Santa Catarina

Leonardo Flach

leonardo.flach@gmail.com

Luísa Karam de Mattos

luisakmattos@gmail.com

Abstract

This research aims to analyze the quality of expenses of credit unions of free admission of associates in Santa Catarina. We applied the non-parametric research method of Data Envelopment Analysis (DEA) and the statistical model Tobit regression. The sample of this research contemplated 46 cooperatives.

We analyzed the following variables: total assets, equity, number of associates, credit operations, administrative expenses, expenses with the personnel, financial intermediation expenses and surpluses. Data were obtained through the profit and loss statement, balance sheet and explanatory notes.

Results show an efficiency ranking in the expenses for each cooperative, and generation of the new statistical model, with the Tobit regression equation. As results, we also found that most of the analyzed credit unions do not reach the 50% of efficiency. Only 10,87% of the cooperatives from this sample showed 100% efficiency.

The Role Of Charts Of Accounts In Public Sector Accounting

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Diana Lima

diana_lima@unb.br

Caroline Aggestam Pontoppidan

cap.acc@cbs.dk

Giovanna Dabbicco

dabbicco@istat.it

Abstract

In recent decades, countries around the world have undergone public sector accounting and financial management reforms, introducing accrual accounting and some towards adopting the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

IPSAS provide principle-based standards, for recognition and measurement criteria, and for disclosing financial information, within a general purpose financial reporting framework. Derived from IFRS/IAS, they are based on full accrual basis accounting and reporting, assuming double entry.

Nevertheless, IPSAS do not suggest nor provide any type of classification of accounts to be used for bookkeeping; so, no guidance is offered regarding the defining and use of a Chart of accounts (CoA).

However, some countries that have recently adopted IPSAS or are moving towards these standards (e.g. Portugal, Brazil, Estonia, Belgium) have also developed standardised CoA at national level. Moreover, in the context of the EU, the European Public Sector Accounting Standards (EPSAS) project is considering the standardisation of national CoA. Eurostat is more precisely arguing that the CoA would underlie harmonised accounting rules, and that a standardised CoA at national level might improve accounting records accuracy, increasing comparability and overall reliability and quality of financial reporting (Eurostat, 2017).

Whether a CoA would in fact facilitate all this, is still yet to be debated. Accordingly, this paper discusses the role of standardised CoA in public sector accounting and reporting, particularly addressing its importance and need, what issues need to be taken into account in its development, and what can be the expected impact of its use on the accuracy of accounting records and ultimately on the reliability of the financial information. The research relies on country case studies, using document analysis and a survey to national and international standard-setters.

A New Public Management no Brasil

Vanuza da Silva Figueiredo

vanuzafigueiredo@hotmail.com

Resumo

Este ensaio tem como propósito identificar e aprofundar a análise sobre o patrimonialismo e o presidencialismo de coalizão como fatores impeditivos da transparência no setor público, além de destacar as dificuldades vividas no Brasil, devido a esses dois “fenômenos” enraizados na administração pública. A revisão da literatura nos permitiu aproximar-nos da discussão sobre patrimonialismo e o presidencialismo de coalizão entre diversos autores. A partir dos sete componentes doutrinários da New Public Management, fazemos uma reflexão sobre as reais possibilidades de aplicação na administração pública brasileira. Para concluir, identificamos que é preciso repensar as mudanças necessárias e exequíveis, e assim unir esforços para “reinventar o governo” de forma factível, palpável e eficaz.

A aplicação do justo valor na mensuração dos heritage assets: estudo de caso dos municípios portugueses da NUT III – Alto Minho

Susana Catarino Rua

srua@ipca.pt

Resumo

Atendendo à necessidade dos atuais sistemas contabilísticos de mensurar todo o património público, bem como à problemática mensuração dos heritage assets, a aplicação de critérios alternativos ao custo histórico, como é o caso do justo valor, tem ganho cada vez mais importância. O objetivo deste trabalho é analisar o justo valor enquanto critério de mensuração, seu conceito, referências ao mesmo nas normas nacionais de âmbito público e sua aplicação por parte dos municípios do Alto Minho, na mensuração dos seus heritage assets. Com este trabalho concluímos que, apesar das desvantagens que o justo valor possa apresentar, em termos de objetividade do seu cálculo, nomeadamente na inexistência de valores de mercado para ativos específicos, este critério desempenha um importante papel na mensuração dos heritage assets, por parte dos municípios analisados, sobretudo nas situações em que se desconhece o custo histórico.

A Contabilidade Pública como Instrumento de Eficiência e Efetividade na Gestão Pública

Francisco Apoliano Albuquerque

oraculo49@yahoo.com.br

Geísa Cavalcante de Almeida

geisa09almeida@gmail.com

Gerson Luís Apoliano Albuquerque

gersonapoliano@hotmail.com

Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque

ludmilaapoliano@hotmail.com

Patrícia Vasconcelos Sousa

patriciavaz86@yahoo.com.br

Resumo

Um dos postulados mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal é a fixação de limites para os gastos com pessoal. Na esfera federal, o limite máximo para gastos com pessoal é de 50% da receita corrente líquida. Para estados e municípios, o limite é de 60% da receita corrente líquida. Se a despesa total com pessoal ultrapassar 95% desse limite, a LRF proíbe qualquer movimentação de pessoal que implique aumento de despesa. O objetivo do presente trabalho é analisar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na contabilidade pública, destacando normas de planejamento e controle que devem ser observadas para o alcance das metas e dos objetivos traçados pelo gestor público, demonstrando que a contabilidade pública é a instância adequada para se saber se os preceitos da referida lei estão sendo observados ou não. É preciso considerar, ainda, que a contabilidade pública é efetivamente o instrumento que possibilita o alcance da eficiência e da efetividade na gestão pública e fiscal de qualquer órgão público, dentro das ações de planejamento e de transparência, através da qual previnem-se os riscos e corrigem-se os desvios que podem afetar o equilíbrio orçamentário do órgão público. A pesquisa tem caráter bibliográfico, com consultas a diversas fontes científicas, é descritiva e qualitativa.

Considerações sobre as Despesas do Legislativo Municipal Reguladas pela Constituição Federal: Uma Avaliação Contábil da Lei em Domínio de Fato e Orientações para a sua melhor Disposição

Rodrigo Antônio Chaves da Silva

rachavesilva@yahoo.com.br

Resumo

A Constituição Federal é a Carta Magna de qualquer país, e no Brasil a aludida, predominante desde 1988, tem com suas virtudes e defeitos mantido o equilíbrio dos poderes, todavia, legisla matéria econômica e patrimonial, que consideramos controversa, relativa, e dependente diretamente de uma posição mais específica do que impositiva. O objetivo desse artigo é avaliar uma dessas matérias que está disposta nos artigos sobre o controle e fixação das despesas ligadas aos mandatos temporários do legislativo municipal. O artigo se desenvolve na metodologia domínio do fato, pois é uma interpretação própria dos autores, sem necessariamente poder-se intervir praticamente na realidade, todavia, mesmo assim, se constituindo também numa pesquisa-ação, como proposta para a decisão futura. Não há pesquisas dessa natureza, segundo conhecemos, elas aqui estruturadas na metodologia supra, podem ainda guiar outras elucubrações que permitam a avaliação experimental sobre o que teoricamente estamos nos referindo, para que a máquina pública sirva menos aos interesses específicos, e mais ao cumprimento do seu papel social, a partir dessa análise do legislativo municipal, e por tal se ressalta sua importância e justificava sendo apenas uma introdução teórica da temática.

O Problema da Aplicação Técnica do Orçamento Empresarial na Azienda Pública: Uma Discussão Teórica no Contexto de sua Aplicação

Rodrigo Antônio Chaves da Silva

rachavesilva@yahoo.com.br

Resumo

A maneira a qual a contabilidade consegue prevenir os fatos futuros é por meio dos orçamentos, além de outras análises e técnicas. A mesma tecnologia orçamentária tem uma base não apenas matemática, mas restrita no seu campo de aplicação, que a faz se alterar de acordo com o tipo do patrimônio aziendal. O objetivo desse trabalho é proceder a uma abordagem sobre a técnica de orçamentos, de modo a qual produzamos demonstrações de sua aplicação, todavia, comparando o seu contexto empresarial com o público, e suas especificidades. É uma pesquisa que usa o método analógico, e quanto aos fins é explicativa, não deixando de ser uma discussão teórica e de aplicação metodológica. Como não foram feitas suficientes elucubrações sobre este assunto em relação ao contexto de aplicação técnica este estudo tenta preencher esta lacuna de modo razoável mas não esgota o assunto, sendo apenas um passo para as análises e avaliações futuras para a plêiade de contadores públicos e teóricos que assim o quiserem proceder a novas investigações sobre o tema.

A Depreciação de Bens do Patrimônio Público: Uma Abordagem Normativa Brasileira e a Problemática de Reintegração

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

rachavesilva@yahoo.com.br

Nilton Aquino Andrade

Marcos Túlio da Costa

Resumo

Os franceses praticamente começaram a noção de depreciação como um fundo, semelhante à reserva, fato este comum no meio empresarial, mas agora no meio público vemos estas condições símile de contabilização desse fenômeno. As normais internacionais seguem a mesma linha de registro da depreciação dos bens fixos, dos patrimônios públicos, e a tendência da convergência nacional apela para tal linha. O objetivo desse artigo é trata das normas ou regras contábeis que deduzem os aspectos de contabilização da depreciação do patrimônio público. É uma pesquisa normativa quanto aos fins, que usa os referenciais normativos como meios. Sabemos que as consequências da reintegração são diversas, todavia, aqui focaremos só nesta justa observação descritiva do fenômeno de depreciação no âmbito normativo. É um trabalho relevante visto que não foi realizado nada na área em discussão até o momento, sendo apenas um artigo que visualiza estes pontos que devem ser aprimorados por outros pesquisadores que assim o quiserem.

O papel da contabilidade de gestão nos municípios: o caso do município de Arcos de Valdevez

Eliana de Barros Freitas Fernandes

elianafernandes5@gmail.com

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Resumo

Com a entrada em vigor do SNC-AP, revela-se urgente uma avaliação do estado atual dos subsistemas de contabilidade de custos e de gestão (SCCG) nos municípios Portugueses, uma vez que o reduzido desenvolvimento destes subsistemas de informação foi um dos fatores do insucesso da reforma do POCAL, e tornam-se obrigatórios com a entrada em vigor do novo normativo contabilístico.

Neste âmbito, o presente trabalho através de uma abordagem de investigação qualitativa, com recurso a um estudo de caso, tem como objetivo analisar a realidade específica de um município de média dimensão, cujo SCCG ainda se encontra pouco desenvolvido - o município de Arcos de Valdevez.

Pretende-se com este estudo, compreender quais as necessidades de informação contabilística dos responsáveis pela área financeira e dirigentes autárquicos e quais os principais motivos e dificuldades/obstáculos encontrados no desenvolvimento de um SCCG moderno e funcional, no âmbito do anterior normativo.

Os resultados do estudo revelam que, há uma efetiva e reconhecida necessidade em desenvolver SCCG, que deem apoio aos processos de gestão e tomada de decisões autárquicas. Tendo sido apontados como principais motivos e dificuldades/obstáculos ao seu desenvolvimento, primeiramente a forma como foi gerido o processo de adoção do POC-P na administração pública em geral, e do POCAL nos municípios Portugueses em particular, pelas entidades com competências e responsabilidades na sua implementação; e segundo, a vários impedimentos institucionais e estruturais.

O estudo permitiu concluir que o novo normativo contabilístico, o SNC-AP, poderá contribuir para uma profunda mudança na gestão financeira dos municípios Portugueses, não só pelo cumprimento da legalidade, como também pelo reforço da produção de informação contabilística de apoio aos processos de gestão e de accountability nos municípios Portugueses.

Eficiência nos Gastos de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil: Uma Análise Envoltória de Dados

Nelize Aparecida de Oliveira

nelizeoliveira@hotmail.com

Luciano Ferreira Carvalho

lucianoffc@ufu.br

Karem Cristina de Souza Ribeiro

kribeiro@ufu.br

Resumo

O objetivo do estudo consiste em investigar a eficiência em gastos das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. O método utilizado foi uma Análise Envoltória de Dados, desenvolvida por Charnes, Copper e Rhodes (1978), com orientação para inputs e retornos constantes de escala. A amostra foi composta por 49 universidades federais brasileiras no ano de 2013. Utilizou-se três tipos de Inputs: (a) Gastos totais por aluno; (b) gastos com docentes por aluno; (c) gastos com custeio por aluno. Como output do estudo utilizou-se a nota obtida pela instituição no Ranking Universitário da folha.

O estudo contribui ao relacionar a eficiência dos gastos das Instituições Federais de Ensino Superior No Brasil, apontando benchmarks e comparando as instituições com maior e menor eficiência. Neste sentido os resultados indicam que quatro instituições estão na fronteira da eficiência em gastos: Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Uberlândia; e Universidade Federal de Sergipe. Por outro lado, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal de Roraima, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido foram classificadas como as menos eficientes.

Na comparação entre as instituições com maior e menor eficiência, a análise aponta para diferenças de gastos entre as instituições que devem ser observadas para a melhoria da eficiência. Despesas como material de consumo não estão diretamente relacionadas à qualidade de ensino e por isso podem ser reduzidas. Esta conta representa 0,76% das despesas totais da Universidade Federal de Alagoas enquanto na Universidade Federal Rural do Semi-Árido a proporção é de 2,41%. Outras despesas apresentam as mesmas características e comportamento desta e, portanto, são gastos passíveis de serem reduzidos.

A Contabilidade Pública à Luz da Lei de Responsabilidade Fiscal

Francisco Apoliano Albuquerque

oraculo49@yahoo.com.br

Geísa Cavalcante de Almeida

geisa09almeida@gmail.com

Gerson Luís Apoliano Albuquerque

geronapoliano@hotmail.com

Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque

ludimilaapoliano@hotmail.com

Thiago Luís de Oliveira Albuquerque

profthiagoluis@gmail.com

Resumo

Um dos postulados mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal é a fixação de limites para os gastos com pessoal. Na esfera federal, o limite máximo para gastos com pessoal é de 50% da receita corrente líquida. Para estados e municípios, o limite é de 60% da receita corrente líquida. Se a despesa total com pessoal ultrapassar 95% desse limite, a LRF proíbe qualquer movimentação de pessoal que implique aumento de despesa. O objetivo do presente trabalho é analisar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na contabilidade pública, destacando normas de planejamento e controle que devem ser observadas para o alcance das metas e dos objetivos traçados pelo gestor público, demonstrando que a contabilidade pública é a instância adequada para se saber se os preceitos da referida lei estão sendo observados ou não. É preciso considerar, ainda, que a contabilidade pública é efetivamente o instrumento que possibilita o alcance da eficiência e da efetividade na gestão pública e fiscal de qualquer órgão público, dentro das ações de planejamento e de transparência, através da qual previnem-se os riscos e corrigem-se os desvios que podem afetar o equilíbrio orçamentário do órgão público. A pesquisa tem caráter bibliográfico, com consultas a diversas fontes científicas, é descritiva e qualitativa.

Proposta de Indicadores Financeiras a partir da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos a serem Aplicados em Empresas Estatais

Wanderson de Araújo Fernandes

fernandeswa@hotmail.com

Rodrigo de Souza Gonçalves

rgoncalves@unb.br

André Nunes

andrenunes@unb.br

Resumo

O objetivo desse estudo é apresentar uma proposta de indicadores para auxiliar o monitoramento dos recursos e dispêndios a partir dos relatórios financeiros e orçamentários utilizados pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Esses relatórios contêm informações econômico-financeira das empresas estatais federais com o objetivo de negociar e estabelecer metas, com vistas a otimizar o desempenho empresarial e à fixação de limites de dispêndios globais.

A proposta da elaboração dos indicadores foi realizada com base nos fundamentos aplicados a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) devido a semelhanças de conceitos existentes entre os demonstrativos.

Para a criação e implantação dos indicadores foi utilizado o método proposto por Albano (2005) que consiste em nove etapas, iniciando com a identificação das necessidades do usuário, passando pela definição dos tipos de indicadores, e finalizando com a validação após ajustes.

Nessa concepção foram sugeridos e testados seis indicadores. Para validar os indicadores foram selecionadas as Demonstrações de Usos e Fontes de 49 das 106 empresas estatais existentes, no período de 2012 a 2016, totalizando 245 demonstrativos. A validação dos indicadores permitiu verificar a sua consistência, a simplicidades dos elementos que compõem as fórmulas, garantindo ao usuário a compreensão da utilidade do índice.

Os resultados apontam que para um maior aproveitamento, são necessárias adequações nos relatórios utilizados que alguns elementos estão fora dos padrões contábeis. O uso dos indicadores propostos pode ajudar no acompanhamento da utilização dos recursos, com o potencial para o estabelecimento de metas ou ainda como uma maneira de avaliar o desempenho dos gestores dos recursos das estatais.

Análise Bibliométrica das Pesquisas Científicas sobre Accountability publicadas entre 2013 a 2018

Wanderson de Araújo Fernandes

fernandeswa@hotmail.com

Jeremias Pereira da Silva Arraes

jeremias@unb.br

Resumo

Este trabalho teve por objetivo investigar as publicações sobre *Accountability*, no período entre janeiro de 2013 a março de 2018, em dois dos principais periódicos internacionais qualitativos da área contábil.

O tema *Accountability* tem sido tratado de forma mais frequente no meio acadêmico e nas práticas contábeis e apesar de na essência o termo “pertencer” a ciência contábil, outras áreas do conhecimento tem-se utilizado do termo e empregando novas definições para o mesmo dependendo do contexto.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliométrica pois ela proporciona, na investigação de um fenômeno, maior precisão e adequação de dados observados e seus comportamentos e ainda a identificação dos autores, periódicos, citações e referências, instituições e países.

Foram analisados 131 artigos, com foco na identificação da metodologia empregada, instrumentos utilizados, quantidade de autores por artigo, autores que mais publicaram e seus respectivos países, além das áreas dentro da contabilidade que mais publicaram sobre essa temática e do significado no emprego do termo *Accountability* nas pesquisas encontradas.

Os resultados apresentam que as principais metodologias utilizadas foram estudo de caso, pesquisa bibliográfica e análise documental, sendo entrevista (semiestruturada) o instrumento de pesquisa mais utilizado. Ambos periódicos apresentam uma regularidade na quantidade de artigos publicados por ano, sendo que os Estados Unidos e o Reino Unido foram os países de origem da maior dos autores. Utilizando como significado “prestação de contas” o termo mais recorrente.

Estudos futuros poderiam ser realizados com *Qualitative Research in Accounting & Management*, com uma maior série histórica do periódico *Accounting, Organizations and Society* e acrescentado a revista *Critical Perspectives on Accounting*.

A Contabilidade Pública e o Controle Social

Francisco Apoliano Albuquerque

oraculo49@yahoo.com.br

Geísa Cavalcante de Almeida

geisa09almeida@gmail.com

Gerson Luís Apoliano Albuquerque

gersonapoliano@hotmail.com

Ludimila Apoliano Gomes Albuquerque

ludimilaapoliano@hotmail.com

Thiago Luís de Oliveira Albuquerque

profthiagoluís@gmail.com

Resumo

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, prevê, em diversos de seus artigos, a participação popular nas decisões políticas do País. O parágrafo único, do art. 1º., traz a pedra fundamental dessa participação: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.” Têm-se, também, os incisos XXXIII, XXXIV e LXXIII, do art. 5º., da mesma Constituição, constantes no título dos Direitos e Garantias Fundamentais, que tratam do poder popular. O primeiro inciso citado é o princípio da transparência na Administração, o qual determina o livre acesso a todo e qualquer cidadão a informações, tanto de interesse pessoal quanto de interesse coletivo, sob pena de responsabilidade do agente público que se negar a prestá-las. Por outro lado, no setor público, as peças contábeis estruturam a prestação de contas dos agentes públicos, colocando a contabilidade pública na condição de ferramenta do controle social. Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar a importância da contabilidade pública como instrumento de efetivação do controle social. A pesquisa tem caráter bibliográfico, com consultas a diversas fontes científicas, é descritiva e tem natureza qualitativa.

A produção científica sobre o *Balanced Scorecard*: uma análise bibliométrica

Patrícia Rodrigues Quesado

pquesado@ipca.pt

Lúcia Lima Rodrigues

lrodrigues@eeg.uminho.pt

Beatriz Aibar Guzmán

beatriz.aibar@usc.es

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar as publicações internacionais sobre o *Balanced Scorecard* (BSC) nos últimos anos, identificando tendências de evolução e oportunidades de investigação futura. Baseando-se em técnicas bibliométricas, o estudo foi realizado na base *Web of Science* através de uma revisão sistemática da literatura. A partir da pesquisa sistemática foram identificados 119 artigos publicados até agosto de 2018. A análise dessas publicações aponta uma tendência crescente na publicação de artigos sobre BSC a partir de 2014, destacando-se as publicações em parceria bem como a sua dispersão por revistas de diferentes áreas. Observamos a predominância de estudos qualitativos (nomeadamente de estudos de caso) e de questionários, como método principal de recolha de dados. No que concerne às principais temáticas estudadas, verificamos que vários artigos são propostas de adaptação ou integração do BSC com outras metodologias/ferramentas/modelos e que os estudos estão essencialmente concentrados em grandes empresas pertencentes ao setor privado, em detrimento de pequenas e médias empresas e de organizações públicas e sem fins lucrativos.

A aplicação do Imposto sobre o Valor Acrescentado às Entidades Sem Fins Lucrativos

Liliana Ivone da Silva Pereira

lpereira@ipca.pt

Maria de Lurdes Ribeiro da Silva

lsilva@ipca.pt

Resumo

As Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) são organizações de pessoas que se reúnem com o objetivo de tornarem uma sociedade mais humanitária e igual para todos, com melhor educação e cultura, com o intuito de melhorarem o meio em que vivem. Por essa razão, importa estudar o problema da tributação das entidades que integram a denominada economia social no quadro do Estado fiscal aberto e da economia social de mercado.

As ESFL, apesar de não prosseguirem atividades que visem o lucro, são entidades sujeitas a diversos impostos embora podendo obter isenções ou tratamento específico.

No caso particular do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), considerando o princípio da neutralidade fiscal que norteia este imposto e a salvaguarda da concorrência, importa perceber as regras de aplicação do IVA às ESFL designadamente compreendendo as atividades que poderão estar isentas e aquelas que, pelo contrário, ainda que realizadas pelas ESFL estão sujeitas às regras gerais da aplicação do imposto. É importante ainda perceber as obrigações das ESFL no âmbito da aplicação do IVA.

O principal problema no que respeita ao enquadramento fiscal destas entidades poderá prender-se com a conjugação, a par das atividades de natureza social, de beneficência e humanitárias, que permitem o reconhecimento de benefícios fiscais, designadamente isenções, de outras atividades, de natureza empresarial e lucrativa, cada vez mais frequentes nas ESFL com vista à obtenção de receitas, e que as tornam sujeitos passivos “mistos”.

São, pois, estes os aspetos abordados no presente artigo cujo objetivo é estudar e apresentar as regras, obrigações e eventuais benefícios inerentes à aplicação do IVA às ESFL tendo em consideração a legislação, doutrina administrativa e literatura atuais sobre o tema.

Implementação do SNC-AP em Entidades Públicas da Região Autónoma da Madeira

Maria Antónia de Jesus

antonia.jesus@iscte-iul.pt

Giselle Arlet Vasquez Gomes

gisellerivas.gomes@gmail.com

Resumo

Portugal foi seriamente afetado pela crise económica e financeira internacional de 2009, o que levou o país, em 2011, a pedir auxílio financeiro externo, nomeadamente do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia.

Este contexto conduziu inevitavelmente à necessidade de mais controlo, maior responsabilização e mais transparência na gestão e alocação dos dinheiros públicos e, dada a contabilidade pública em Portugal encontrar-se fragmentada e desatualizada, principalmente em matéria de consolidação de contas, surgiu a imperativa necessidade de reformar o sistema contabilístico público.

Desta forma, em 2013 foi iniciado pela Comissão de Normalização Contabilística para o Setor Público (CNCAP), o desenvolvimento de um sistema contabilístico, baseado nas IPSASs para responder às necessidades do setor público. Consequentemente, em setembro de 2015 é aprovado o decreto-lei que regula a implementação do SNC-AP.

As entidades públicas em Portugal encontram-se numa fase de implementação/transição para o novo sistema contabilístico, razão pela qual esta investigação teve como objetivo principal compreender como está a decorrer o processo de mudança para o novo normativo. Simultaneamente, pretende-se verificar se as entidades entendem relevante a informação resultante deste novo sistema contabilístico.

Utilizando uma metodologia de natureza qualitativa, mediante um estudo de caso múltiplo aplicado a algumas entidades da Região Autónoma da Madeira, verificou-se que, apesar das prorrogações dos prazos inicialmente estipulados, a implementação/transição decorre lentamente, enfrentando alguns obstáculos e barreiras no seu decurso.

As conclusões apontam também para o facto de este novo sistema poder permitir uma maior transparência e eficiência na alocação dos dinheiros públicos, embora as entidades não deem a devida importância a esta vertente preconizada pelo SNC-AP.

Contas públicas: opinião dos eleitores

Carlos Nunes

cmnunes@ualg.pt

Joaquim Sant'Ana Fernandes

jsfer@ualg.pt

Cristina Gonçalves

cjesus@ualg.pt

Resumo

Segundo Dows (1957), os eleitores racionais na análise da informação disponível para a decisão de voto. Entre as várias informações que analisam constam as relativas às contas públicas. Neste estudo exploratório questiona-se em que medida o eleitor reconhece possuir capacidade para interpretar a informação relativa às contas públicas, se procura ativamente essa informação para formular a sua opinião e indaga-se se considera essa divulgação clara e suficiente. Considerando que os estudos com eleitores Portugueses são escassos, desenvolve-se um estudo quantitativo de carácter exploratório que pretende analisar a autoavaliação do conhecimento e das competências dos eleitores na análise das contas públicas, a avaliação da divulgação dessa informação e a opinião dos investimentos públicos vs. défice orçamental. A amostra selecionada por conveniência de 1042 cidadãos Portugueses com capacidade de voto respondeu a um inquérito em suporte online de 15 itens sob a forma de escala de Likert. As respostas foram analisadas em função de um conjunto de variáveis, nomeadamente biográficas. Constatou-se que as respostas foram tendencialmente negativas em todas as variáveis e observaram-se diferenças significativas entre as subamostras consideradas. Este estudo pretende contribuir para um conhecimento dos eleitores Portugueses e para a construção de um modelo de análise do processo de decisão de voto e em consequência desenvolver atitudes de cidadania.

Adoption of Best Practices of it Governance by the Entities of the Brazilian Federal Public Administration

Márcia Nea Oliveira Pascoal

marcianeagmail.com

Oderlene Vieira de Oliveira

oderlene@unifor.br

Luiz Fernando Gonçalves Viana

luizfernandogv@bnb.gov.br

Abstract

The general objective of this investigation was to examine the best practices of governance adopted by the agencies of the Brazilian Federal Public Administration (APFB). To do so, the use a quantitative approach, made possible through the application of descriptive statistical technique and multiple linear regressions on the secondary database resulting from the application of the questionnaire concerning the governance in the APFB.

The results made it possible to observed that in general, according to the position of 2014, 82 entities have the Corporate Risk Management process in place. It is worth mentioning that, regardless of the adoption of the corporate practice, the Information Security area considers and executes means to avoid the vulnerabilities that reach critical business information and, in the sphere of IT, a concern that is pervading the majority of the organs regarding the analysis of the risks inherent to the hiring. We ratify the adoption of IT risk management practices independent of corporate initiatives, when identifying and assessing IT risks present a greater number of entities that claim to adopt such practices, even those that do not have a risk management process of their own of IT, there are activities in realization in isolation. Regarding risk management guidelines, considering the number of entities that adopted the corporate risk management process, IT sought the guidelines that guide its risk management, probably aligned with the precepts of the corporate process.

Therefore, it is concluded that APFB's entities need to invest in Risk Management and Business Continuity Management practices as a way to ensure better responses to uncertainties and, therefore, to value the entity to better use investments and generate good results for the society.

Estudo dos principais desafios para a implementação do SNC-AP: O caso de um Serviço Integrado

Rafael Gomes

gomes.rsl@gnr.pt

Paula Gomes dos Santos

pasantos@iscal.ipl.pt

Luís Malheiro

malheiro.lcr@gnr.pt

Resumo/Abstract

A presente investigação pretende responder à seguinte questão: “Quais os principais desafios subjacentes à adoção do SNC-AP num Serviço Integrado?”. A Entidade em estudo está obrigada à adoção do normativo em 2018. Para a recolha e análise de dados realizaram-se inquéritos por questionário, entrevistas e análise documental.

Da investigação realizada, foi possível concluir que a Entidade ainda não se encontra em condições de elaborar o seu balanço de abertura, uma vez que ainda existem alguns aspetos para a transição que não se encontram assegurados, nomeadamente nem todos os ativos se encontram reconhecidos. Por outro lado, verificou-se que existem ativos reconhecidos como inventários que não cumprem os critérios de reconhecimento definidos no normativo. Salienta-se que algumas destas situações já se verificavam no anterior Plano.

Como principais constrangimentos à implementação do normativo foram identificados a falta de formação em contabilidade, bem como a falta de envolvimento e acompanhamento dos centros financeiros descentralizados.

IPSAS e o Ensino de Contabilidade aplicada ao Setor Público no Brasil

Fernando Gentil de Souza

fernando.gentil@ufpe.br

José Bione de Melo Neto

jbioneneto@gmail.com

Ana Beatriz Nascimento de Souza

bia_pe98@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo verificar o estado atual das disciplinas oferecidas sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público na formação em Ciências Contábeis nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil.

A implementação das IPSAS no Brasil é regulamentada pela Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria 184/2008). Inicia-se em 2008 e a partir de 2015 é segue o cronograma do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP). A adoção do regime de competência passa a exigir formação profissional adequada aos novos procedimentos.

Para alcançar o objetivo proposto, verificaram-se a oferta e os assuntos previstos nas ementas, disponíveis em 49 das 77 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) pesquisadas; e s assuntos exigidos para Certificação Profissional.

Os resultados indicam que a região Nordeste é a que oferta mais horas e disciplinas. Finalmente, o ensino superior e as exigências para certificação não coincidem com os novos procedimentos previstos no PIPCP. Assim, sugere-se uma reforma urgente nos conteúdos, permitindo uma formação superior alinhada à adoção prática das IPSAS.

Public Governance, Regulação e Accountability

Dina Maria Rocha Machado

dinamachado@gmail.com

Resumo

Este trabalho procura evidenciar como as três dimensões da regulação se partilham entre diferentes interlocutores e pilares do sistema democrático, no contexto da *Public Governance*. Sistematiza-se, numa lógica de *benchmark*, as dimensões da “avaliação do impacto regulatório”, o “compromisso com *stakeholders*” e a “avaliação ex-post”, enquanto pilares da agenda da OCDE e da Comissão Europeia na política de “*Better Regulation*”. Salienta-se o papel das entidades administrativas independentes com funções de regulação sectorial e das Entidades de Fiscalização Superior, de acordo com o conceito de “sistema regulatório” definido pelo Banco Mundial, defendendo que a *accountability* do processo regulatório só está completa com a intervenção das Entidades de Fiscalização Superior no sistema regulatório, a qual pode ser levada a cabo tanto na avaliação ex-ante do impacto regulatório, como na avaliação ex-post. Como instrumentos dessa intervenção, evidencia-se a conciliação entre os pressupostos da auditoria de desempenho/resultados e os pressupostos inerentes ao normativo do SNC-AP.

O Desafio da adoção do Sistema de Normalização Contabilística nas Instituições de Ensino Superior

Maria da Conceição da Costa Marques

mmarques@iscac.pt

Resumo

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 (DL), de 11 de setembro e constitui o novo sistema contabilístico para as administrações públicas. Com a aprovação do SNC-AP será possível implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada, estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo. De acordo com o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), existem instituições de ensino universitário e instituições de ensino politécnico. Deste modo, as IES que adotem o SNC-AP terão de preparar o balanço de abertura relativo ao exercício de 2018 de acordo com o novo normativo, o que implica um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com O POC-Educação.

Revisão da literatura: Construção e importância dos Índices de Divulgação e de Conformidade

Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto

maria.cristina.couto@ua.pt

Augusta da Conceição Santos Ferreira

augusta.ferreira@ua.pt

Resumo

Quer ao nível das organizações privadas, quer ao nível do setor público a accountability e a transparência são fatores importantes não só a nível interno (gestão) como a nível externo (desempenho e confiança dos cidadãos). A transparência e a accountability são considerados dois conceitos fundamentais ao nível da própria da gestão. Assim, após esta tomada de consciência realizamos uma revisão de literatura acerca do índice de divulgação e conformidade como ferramenta de medição da informação divulgada. A metodologia utilizada é a análise documental que consistiu na análise de artigos científicos sobre a temática. Para identificar os artigos pesquisou-se na plataforma Web of Science por “índice de divulgação” e fez-se o levantamento de um conjunto de artigos quer do setor público, quer do setor privado de modo a conhecer como esta ferramenta é utilizada ao nível da divulgação da informação. Concluiu-se que apesar de alguma subjetividade que está, naturalmente, intrínseca à própria ferramenta, esta tem sido largamente utilizada em diversos estudos, nomeadamente na análise de relatórios anuais e na análise de sites (sítios na internet).

A Eficácia das Auditorias Internas nas Universidades Federais Brasileiras

Natália Gonçalves de Sousa

nataliag_sousa@hotmail.com

Maria Marlúcia Nunes Ritter

marluciaritter@gmail.com

Abimael de Jesus Barros Costa

acosta@unb.br

Abstract

This study aims to analyze the perception of the High Administration and Internal Audit on the factors that contribute to the effectiveness in the performance of the Internal Audit in the IFES. Brazilian federal universities represent an essential sector of public investments and must develop plans that provide higher quality and transparency. Reviewing the international literature on the performance and contributions of the Internal Audit in the public sector and considering a field of study little explored in Brazil, a descriptive analysis of the data obtained through a questionnaire applied at the University of Brasília - UnB was carried out. It was verified that the Internal Audit servers presented a perception of average effectiveness; and oppositely, the perception of the High Administration was high. Along these lines, this study contributes in an initial way to the investigation of the factors that can be improved to the greater effectiveness of the Internal Audits in the IFES.

Eficiência e desempenho do Sector Público Empresarial entre 2013-2017: Um olhar para a Saúde

Florentina Iulia Spînzurici Leonte

florentinaleonte@gmail.com

Resumo

A atualidade do debate sobre a transparência das contas públicas, responsabilização, desigualdades e insatisfação profissional, dominam a agenda política¹ da última década. A par disso, o envelhecimento da população traz consequências aos sistemas de saúde, da segurança social, do bem-estar, constituindo-se um risco sendo necessária a adaptação das políticas a essa realidade (Eurofound, 2015).

A necessidade para a eficiência económica e melhoria do desempenho associada à credibilidade das instituições públicas² obriga a uma dinâmica de melhoria contínua da qualidade e eficácia dos serviços e da sua gestão.

Assente numa metodologia exploratória descritiva, o trabalho é um estudo de caso comparativo que procura identificar de que forma a atividade das empresas públicas, do sector da saúde, foi afetada pelas medidas de contenção impostas e de que modo influenciaram a eficiência e eficácia associada a gestão de recursos.

As observações apontam tendências de melhoria da atividade assistencial, dos níveis de acesso, da investigação e o seu contributo nos cuidados de saúde que se traduziram em melhorias dos serviços prestados. O estudo conclui para uma diminuição de eficiência quer em termos de afetação dos recursos quer em termos de consultas. As empresas em análise cumprem com os objetivos definidos de forma a permitir aos utentes obter ganhos efetivos em saúde.

¹ Banco Mundial, OCDE, Organização das Nações Unidas entre outros.

² Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities

Ana Margarida Lima

margaridacastro.2407@gmail.com

Lídia Oliveira

lidiaoliv@eeg.uminho.pt

Carlos Menezes

menezes@eeg.uminho.pt

Ana Caria

aalexandra@eeg.uminho.pt

Abstract

Sustainability reporting is of strategic importance for public sector organisations. This study analyses the awareness of Portuguese municipalities regarding the importance of sustainability information and its reporting. It is also analyses what motivates (or not) the Portuguese municipalities to disclose such information. The results, gathered through an original questionnaire send to the Portuguese municipalities, allows to conclude that most of the Portuguese municipalities have embraced sustainability reporting practices that act as an accountability tool that assures legitimacy to the municipality stakeholders.

A preparação para a implementação do SNC-AP nas Entidades públicas

Susana Silva

ssilva@ipca.pt

Lúcia Lima Rodrigues

lrodrigues@eeg.uminho.pt

Marta Guerreiro

mguerreiro@estg.ipv.pt

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) em Portugal, à luz da teoria institucional e das pressões institucionais. Para este efeito, foi enviado um questionário a 625 entidades que resultou uma amostra de 229 entidades.

Os resultados revelam que a grande maioria das entidades desenvolveu procedimentos de mudança até ao final do primeiro trimestre de 2018. As alterações do plano de contas, do sistema de contabilidade de gestão e do sistema informático são os itens mais incluídos na fase de avaliação do impacto do SNC-AP. Das entidades que pertencem a um grupo público, a maioria identifica a existência de influência das políticas contabilísticas da entidade-mãe na contabilidade da entidade, o que indicia a presença de pressões coercivas nas suas práticas. O estudo revelou, ainda, a presença de isomorfismo normativo (contratação de mais recursos humanos e de consultores para acompanhar o processo de transição) e mimético nas práticas de divulgação e conversão.

Este estudo contribui para uma maior compreensão dos processos de mudança das entidades públicas associados à adoção de um novo normativo contabilístico baseado nas normas internacionais, nomeadamente quanto às práticas de conversão e às pressões institucionais presentes no processo de conversão.

Análise dos Relatórios de Auditoria de Gestão das Universidades Públicas Federais Brasileiras nos anos 2008 a 2016

Abimael de Jesus Barros Costa

acosta@unb.br

Saulo Gouveia Lins

saulogouveialins@gmail.com

Enio Alves de Souza

eniodesouza2@gmail.com

Resumo

Analisou-se neste trabalho 291 Relatórios de Auditoria Anual de Contas das 68 Universidades Públicas Federais Brasileiras entre os anos de 2008 a 2016.

Buscou-se verificar se há relação estatística entre a natureza da auditoria e a localização (região), bem como em relação ao tamanho e a eficiência das universidades. Para tanto, utilizou-se de técnica de análise de conteúdo, regressão linear e testes de hipóteses.

Concluiu-se que a hipótese não será rejeitada quanto à variável região. Já as variáveis de eficiência, tamanho e parecer de auditoria não apresentaram relação estatística com a natureza das recomendações.

Este trabalho inova ao buscar verificar o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES sob a ótica da auditoria interna, realizado por órgão independente (CGU), sem a utilização de indicadores de desempenho auto declaratórios por parte da própria universidade.

Assim, foram identificados 3.474 achados e classificados em oito áreas, sendo que as mais críticas foram de Licitações e Contratos (34,66%) e de Pessoal (33,45%). Foram constatadas também que as universidades da região sul (33,96%) e da região Norte (16,28%) possuem o maior quantitativo de certificações regulares. Por fim, objetivando pesquisas futuras, os dados descritivos deste trabalho podem ser visualizados por meio de dashboard's online e interativos ao acessar o sitio: <http://bit.ly/UnBUnevFed>.

A norma contabilística das entidades do sector não lucrativo: Tratamento dos bens do património histórico, artístico e cultural

Clara Margarida Simões Gariso

cmgariso@iscal.ipl.pt

Resumo

Este artigo estuda o tratamento contabilístico das Entidades do Setor Não Lucrativo, encontrando-se as regras definidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Assim, numa primeira parte deste trabalho faremos um enquadramento das entidades do setor não lucrativo, enquadrando este setor, com os setores privado e público. Posteriormente foi feita uma pequena resenha sobre a evolução da contabilidade em Portugal.

Será analisado o preceituado pela NCRF-ESNL, apresentando uma questão, alvo de opiniões diversas e polémicas, defendidas por vários autores: o reconhecimento dos bens do património, histórico, artístico e cultural (BPHAC). De facto, iremos demonstrar que nem sempre, o reconhecimento destes itens, apresenta os requisitos necessários para que os mesmos possam ser considerados como ativos.

A problemática deste conceito, é muito simples. Será que os BPHAC, cumprem, em geral o conceito de ativo, devendo ser reconhecidos como tal?

O trabalho realizado, privilegiou a análise documental, cedida pela entidade alvo deste estudo, uma Associação. Foi feita uma análise comparativa entre as demonstrações financeiras, onde seriam reconhecidos os BPHAC como ativos fixos, e demonstrações financeiras em que os BPHAC não estariam reconhecidos.

Concluiu-se que os bens do património, histórico, artístico e cultural devem ser reconhecidos como ativos, pois melhoram a qualidade das demonstrações financeiras, e consequentemente dos seus indicadores financeiros.

Análise bibliométrica da produção científica sobre transferências voluntárias no Brasil

Daniel Marques Moreira

danielmoreira@alunos.utfpr.edu.br

Sónia Paula da Silva Nogueira

sonia@ipb.pt

Ricardo Lobato Torres

rltorres@utfpr.edu.br

Resumo

Nas últimas décadas, as transferências voluntárias têm assumido participação de destaque na composição das receitas de municípios brasileiros, com vista a realização de investimentos e execução de políticas públicas. Levando em consideração a natureza discricionária das transferências voluntárias e os desafios que se apresentam frente ao equilíbrio fiscal das contas públicas em orçamentos com pouca margem de manobra, o artigo tem por objetivo efetuar o levantamento sobre o atual estágio da produção científica relacionada ao tema. A partir de uma análise bibliométrica, em pesquisa exploratória e descritiva, evidencia-se que o tema transferências voluntárias é um assunto emergente. A maior parte das publicações focam na fase de liberação de recursos financeiros, investigando a influência política das transferências no ciclo eleitoral, e em modelos de gestão de projetos. Apresentam-se os avanços científicos no campo das transferências voluntárias e as lacunas existentes que ainda podem ser exploradas.

Ativos Intangíveis de Universidades Públicas Federais: Mensuração à Luz da Literatura Brasileira do Setor Privado

Rayane Menezes de Araújo

ray.menezes1993@gmail.com

Abimael de Jesus Barros Costa

acosta@unb.br

Resumo

O estudo tem como objetivo geral investigar, com base nos demonstrativos contábeis do setor público, a prática de mensuração de ativos intangíveis, com a finalidade de dialogar com os modelos quantitativos de mensuração do valor aplicados no setor privado. Para isso foi realizado uma pesquisa bibliométrica sobre modelos de mensuração ativos intangíveis em uma amostra com periódicos online e um estudo de caso para compreender a prática de mensuração dos ativos intangíveis da Universidade de Brasília (UnB) no período de 2013 a 2017. Em suma, constatou-se que apesar do ativo intangível não ser um dos assuntos mais pesquisados na literatura devido a sua complexidade, os artigos pesquisados retratam modelos que podem ser adaptados, sendo necessários alguns ajustes devido às particularidades do Setor Público. Assim, foi evidenciada a escassez de pesquisas sobre ativos intangíveis no Setor Público e que a mensuração dos intangíveis na Universidade de Brasília (UnB) está de acordo com o proposto pelas normas e manuais.

Evolução da contabilização dos subsídios nas autarquias locais em Portugal. Dificuldades e desafios

Ana Catarina Kaizeler

catarinakaizeler@gmail.com

Resumo

Com o objetivo de analisar a evolução da contabilização dos subsídios nas autarquias locais em Portugal, e contribuir para um melhor entendimento das dificuldades e dos desafios inerentes à aplicação dos novos normativos, foi revisitado o percurso da evolução da contabilidade pública e dos seus normativos, apresentando as diversas abordagens na contabilização dos subsídios e o debate entre oponentes e proponentes da aproximação da contabilidade pública à contabilidade empresarial.

Nesse sentido, procedeu-se a uma revisão de literatura, recorrendo a diversas fontes: artigos científicos e profissionais, legislação associada e outra documentação técnico-científica.

Este artigo contribui para o debate clarificando sobre as dificuldades e desafios no que a esta temática diz respeito.

A conclusão principal do estudo valida a grande dificuldade que as entidades públicas têm em implementar novos normativos no geral e em particular no que concerne a contabilização dos subsídios, nomeadamente devido à necessidade de reestruturação dos sistemas de informação, à urgência da inventariação completa do património e à dificuldade de interpretação dos novos conceitos.

Identificou-se também a existência de convergência entre o normativo do setor público e o do privado embora com algumas diferenças relacionadas com restrições e condições definidas no SNC-AP para o reconhecimento contabilístico dos subsídios.

Estado, Contabilidade e Governo eletrônico: Uma análise acerca destas relações no Brasil

Armando L. Dias-da-Fé Jr.

armandojr@usp.br

Delfina Gomes

dgomes@eeg.uminho.pt

Lídia Oliveira

lidiaoliv@eeg.uminho.pt

Resumo

Este artigo investiga de que maneira os primeiros 20 anos de governo eletrônico brasileiro (1995 a 2015) impactaram o relacionamento entre o Estado e a Contabilidade. Busca ainda identificar a percepção dos contabilistas acerca destes impactos por meio de um inquérito que obteve 269 respondentes. Técnicas estatísticas, dentre as quais o PLS-SEM, verificaram e validaram os dados obtidos. Tendo como plano de fundo a teoria TAM, testou-se um modelo que inseriu os constructos “Confiança” e “Satisfação” para mensurar a percepção do “e-Governo”. Os resultados apontam a percepção de aumento da responsabilidade, de trabalho, custos e stress, entretanto, 86% dos inquiridos aprovam a digitalização do Estado e a maioria dos respondentes afirma que o governo eletrônico impacta positivamente a percepção sobre a utilidade do trabalho realizado. O modelo testado identifica que apenas “Utilidade Percebida de Uso” afeta positivamente a “Intenção de Uso” e que apenas “Confiança” afeta positivamente a percepção sobre o “e-Governo”. Foram ainda identificadas alterações na forma como o Estado e a Contabilidade se relacionam, no perfil e nas competências dos contabilistas.

Public Governance: As organizações públicas e a distribuição inteligente de incentivos financeiros às PME

Susana Fernandes

a12609@iscte-iul.pt

Raul Laureano

raul.laureano@iscte-iul.pt

Resumo

As boas práticas de *Public Governance* das organizações públicas assentam, não só mas também na eficiência e eficácia das suas atribuições. Existem organizações públicas que têm a incumbência da indicação para a atribuição e verificação dos incentivos financeiros às empresas provenientes da União Europeia (DL137/2014), cabendo-lhes a análise dos processos e a identificação de situações anómalas nesses processos, que são morosos e que podem inclusive ser de fraude.

Assim, a partir de dados financeiros de empresas receptoras de incentivos financeiros de um programa comunitário (2000–2002) e dos seus dados financeiros de 2014–2017, com a utilização de técnicas de ciência dos dados, a investigação gerou novo conhecimento ao indicar que a relação produção/consumo, o valor acrescentado bruto (VAB), os meios libertos totais (MLT) e o *break even* são importantes para avaliar a contribuição da empresa para a riqueza gerada face ao incentivo concedido, auxiliando a tomada de decisão das organizações públicas, aumentando a eficiência e a eficácia.

A sustentabilidade e a contabilidade verde no SNC-AP: contributo para o enquadramento das emissões GEE e sequestro de carbono

Ricardo Pinheiro

ricapinheiro@gmail.com

Sandra Cunha

scunha@ipca.pt

Resumo

A contabilidade verde tem por objetivo preparar informação credível e transparente do volume das emissões de GEE e as ações desempenhadas pelas entidades públicas e privadas para a redução das emissões. Além disso, deve reconhecer e valorizar o património verde que contribui para o sequestro de carbono

O SNC-AP é uma ferramenta inovadora de mensuração dos compromissos de sustentabilidade para cumprimento das metas das políticas internacionais, nomeadamente o Acordo de Paris, com vista à neutralidade carbónica. No entanto, ainda falta uma definição de metodologias de valoração dos serviços dos ecossistemas e da sua propriedade.

Neste contexto, o presente artigo pretende contribuir para o enquadramento da problemática das emissões GEE e do sequestro de carbono, incluindo a sua mensuração na contabilidade nacional.

Uma vez que os serviços dos ecossistemas são de domínio público, torna-se pertinente a definição da propriedade dos ativos e dos passivos ambientais. A definição da propriedade permitirá criar metodologias para a definição do valor atualizado líquido (VAL) dos ativos ambientais e dos respetivos fluxos monetários ambientais, e consequentemente a respetiva mensuração na contabilidade da entidade pública ou privada. Contudo, a eventual sobreposição do inventário das emissões de GEE nas entidades públicas e privadas, pode originar falsas responsabilidades. A problemática da propriedade passa então pela responsabilidade da mensuração, seja do local onde é emitido o GEE ou é prestado o serviço do ecossistema, seja da entidade que emite o GEE ou usufrui do serviço do ecossistema.

A nova Gestão Pública e o Sistema de Segurança Social português

Maria de La Salette Rodrigues Carneiro

lacinharodrigues@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende rever a evolução do Sistema de Segurança Social português, à luz das Ciências da Administração, nomeadamente da Teoria do *New Public Management*.

O estudo inicia com uma exposição teórica, recorrendo a uma metodologia analítica, exploratória de *papers* publicados em revistas de especialidade como sejam: *Public Administration* e *Harvard Business Review*.

A segunda parte é dedicada ao modelo evolutivo do Sistema de Segurança Social português. Nas últimas décadas a Administração Pública adoptou princípios, técnicas, orientações da Gestão Privada.

Este é um dos objetivos do presente trabalho: apresentar um contributo para a avaliação crítica das alterações entretanto implementadas, à luz da teoria exposta na primeira parte. Recorre a uma metodologia de estudo de caso, dada a especificidade da investigação, incidente sobre matérias da segurança social, nomeadamente das alterações ocorridas após a Lei de Bases de 2007.

Concluimos, com um outro contributo, ou seja, com a defesa da importância da Teoria da Nova Gestão Pública nas reformas da Segurança Social como metodologia ativa e contínua, que ajude a assinalar indícios de fraude e ruptura do sistema, bem como constituí a base para apresentação de propostas de políticas de optimização do sistema.

Contributos da Contabilidade para a Gestão das IPSS

Cristina Maria Coelho Campos

cristinacampos.cc@gmail.com

Maria do Céu Gaspar Alves

mceu@ubi.pt

Resumo

A recente crise económica, veio dar uma maior importância às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), uma vez que estas entidades atuam para colmatar necessidades da população e estas necessidades aumentam em períodos de crise, daí se verificar um aumento do seu número nas últimas décadas. Contudo, é importante que estas entidades consigam gerir os seus recursos de forma a garantir a sua sustentabilidade com vista ao equilíbrio social. Assim, os gestores devem apoiar-se na contabilidade e nos relatórios financeiros para analisar a situação e evolução da organização e apoiar a tomada de decisões. Com este trabalho pretende-se analisar qual o papel da contabilidade na tomada de decisões das IPSS. Para isso, é desenvolvido um trabalho de investigação qualitativo, que se traduz na realização de 3 estudos de caso exploratórios. A informação analisada foi recolhida através de entrevistas semi-estruturadas e análise documental em cada uma das IPSS estudadas. As entrevistas foram realizadas durante o ano de 2018 e foi efetuada uma análise comparativa das respostas obtidas em cada uma dessas instituições. Com este estudo, pretendemos perceber qual é a importância dada à contabilidade pelos gestores das IPSS em estudo e, se a informação que a contabilidade fornece é utilizada para a tomada de decisões. Tendo em conta o principal objetivo do tipo de entidades em estudo, também pretendemos averiguar se existem outros fatores que influenciam a tomada de decisões e qual a perceção dos gestores relativamente às recentes alterações do referencial contabilístico. Pretende-se, deste modo, contribuir para a aquisição de conhecimentos numa área muito pouco explorada e sensibilizar os gestores da importância da informação contabilística para a tomada de decisões.

Uso da tecnologia *Blockchain* como instrumento de governança eletrônica no setor público

Lucas Teles de Alcantara

lucasteles@unb.br

Eduarda Augusta Sales Rodrigues

eduarda.augusta.sales@gmail.com

Diana Vaz de Lima

diana_lima@unb.br

André Nunes

andrenunes@unb.br

Resumo

A partir da década de 1990, na era *New Public Management*, o Estado procurou dar mais eficiência as suas atividades. Neste processo de busca por eficiência, as tecnologias de informação e comunicação foram ganhando cada vez mais espaço na administração pública, principalmente por proporcionar ganho de eficiência e qualidade as atividades públicas.

A grande aposta tecnológica do século é a tecnologia *blockchain*, que segundo Mettler (2016), está gerando expectativas altas e otimismo que raramente foi visto, tendo seu impacto tecnológico comparado à invenção da roda, do motor a vapor ou da Internet. Neste sentido, o presente trabalho apresenta-se como um ensaio teórico sobre os potenciais benefícios da tecnologia *blockchain* para a governança eletrônica no setor público, tendo por objetivo apresentar os achados da literatura sobre a governança eletrônica no setor público e a tecnologia *blockchain* e analisar o uso da tecnologia *blockchain* como instrumento de governança eletrônica no setor público.

O endividamento municipal e a eficácia dos mecanismos de alerta precoce do RFALEI na identificação dos municípios sobre endividados

Paula Gomes dos Santos

pasantos@iscal.ipl.pt

Carla Martinho

cmartinho@iscal.ipl.pt

Resumo

A necessidade de gerir a dívida dos municípios traduz-se, em Portugal, na existência de um *framework* legal consubstanciado, nomeadamente, no respetivo regime financeiro. O regime em vigor (desde 2014), estabelece limites à dívida total e define mecanismos de prevenção do endividamento. Esta investigação analisou os municípios portugueses que ultrapassaram o limite ao endividamento e, em que medida, aqueles indicadores de alerta precoce permitem identificar a situação de incumprimento em cada um dos períodos estudados (2011 a 2013 e 2014 a 2016).

O indicador da taxa execução da receita tem vindo a melhorar significativamente desde 2014, parecendo estar a contribuir para a elaboração de orçamentos menos sobreavaliados. Quanto à eficácia dos indicadores, conclui-se que no período de 2014 a 2016, ambos são estatisticamente significativos em termos de correlação. No entanto, o indicador “dívida total maior ou igual à média da receita corrente” revelou-se mais eficaz na identificação dos municípios em incumprimento.

Relato e Avaliação da Sustentabilidade Financeira das Entidades Públicas

Pedro Correia Ribeiro

psribeiro@iscsp.ulisboa.pt

João Ricardo Catarino

jccatarino@iscsp.ulisboa.pt

Ana Lúcia Romão

anaromao@iscsp.ulisboa.pt

Resumo

Os elevados níveis de défice e de dívida pública trouxeram para a ordem do dia a discussão sobre a sustentabilidade financeira dos Estado soberanos. E, neste contexto, a sustentabilidade financeira do setor público, e em particular das entidades que o integram, evoca o equilíbrio financeiro entre responsabilidades financeiras e recursos de forma continuada no tempo, remetendo para a capacidade financeira de cumprir as suas obrigações financeiras atuais, resistir a choques, manter os níveis de serviço público e de endividamento, tendo em atenção expectativas razoáveis de receitas futuras. Este trabalho constitui uma proposta de modelo de mensuração e análise da sustentabilidade financeira das entidades públicas em conformidade com a determinação da Lei de Enquadramento Orçamental e das recomendações do IPSASB, procurando reduzir a discricionariedade com que o assunto é tratado no relato financeiro, bem como proporcionar um melhor benchmarking financeiro público. De modo a procurar validar o propósito da investigação, esta foi reforçada por um estudo de caso das demonstrações financeiras e orçamentais de uma entidade pública do setor da educação integrada na administração central e sujeita à aplicação do SNC-AP, no sentido de procurar estabelecer domínios relativamente aos quais os resultados pudessem ser generalizados às demais entidades públicas. Estabeleceram-se os parâmetros de mensuração da sustentabilidade financeira, a natureza dos indicadores, o horizonte temporal adequado atendendo ao enquadramento legal existente em sede de relato financeiro e à exequibilidade operacional da recolha e tratamento da informação. Os resultados apontam para a possibilidade da aplicação do modelo, assente em informação histórica e em informação previsional relativa à liquidez, solvência e investimento, de acordo com o conceito de sustentabilidade financeira do IPSASB.

O sistema de controlo interno no contexto da nova gestão pública

Maria da Conceição Vilas Boas

mconvilasboas@gmail.com

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Sara Serra

sserra@ipca.pt

Resumo

A reforma estrutural, preconizada no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e na nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), impõem alterações no modelo de controlo interno e auditoria (Tribunal de Contas, 2017b). Face ao exposto, o presente trabalho visa identificar os aspetos que devem estar presentes no novo modelo de controlo interno e auditoria, mais especificamente, os requisitos do modelo de referência para o controlo interno das entidades públicas e os aspetos estruturantes da implementação do novo modelo do Sistema de Controlo da Administração Financeira do Estado. Por conseguinte, apresenta-se um exemplo prático da implementação do sistema de controlo interno (SCI) de uma entidade do Setor Empresarial do Estado, cuja atividade é a prestação de cuidados de saúde. Este trabalho contribui para sensibilizar académicos e profissionais para a importância do Controlo interno e da auditoria no setor público.

Fiabilidade do indicador do PMP para aferir as práticas de pagamento dos municípios portugueses

Carla Martinho

cmartinho@iscal.ipl.pt

Paula Gomes dos Santos

pasantos@iscal.ipl.pt

Resumo/Abstract

Em 2008, o Governo português aprovou o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir os prazos de médios de pagamento (PMP) praticados por entidades públicas. Assim, a investigação realizada pretendeu concluir sobre se a fórmula de cálculo do indicador do PMP permite obter informação fiável quanto às práticas de pagamento dos municípios portugueses.

Foi analisada a informação referente aos PMP, às dívidas a pagar consideradas no indicador e ao valor da conta 268 “Outros credores”, de 2008 a 2017. Como principal conclusão, salienta-se o facto o indicador do PMP não permitir obter informação fiável quanto às práticas de pagamento dos municípios portugueses, dado que aqueles parecem manipular as regras da Contabilidade Pública, obtendo PMP mais reduzidos. Assim, a informação divulgada quanto aos PMP não permite concluir que os mesmos se têm vindo, efetivamente, a reduzir de forma significativa e estrutural.

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses: Análise Comparativa na Beira Interior

Rute Abreu

ra@ipg.pt

Ermelinda Oliveira

ermelindaol@ipg.pt

Resumo

A investigação centra-se no relato financeiro dos Municípios da Beira Interior, em geral, e na análise comparativa da prestação de contas entre os mesmos, em particular. A metodologia da investigação é suportada em dois referenciais. O primeiro referencial é teórico e, por um lado, recorre ao sistema de informação contabilístico inerente aos municípios portugueses, bem como regulamentos complementares. O segundo referencial é empírico e recorre ao anuário financeiro dos municípios portugueses para aplicar o método de caso de estudo e assim comparar a sua prestação de contas. Os resultados centram-se na importância da sistematização da informação contabilística como fonte de investigação para Investigadores, Políticos e Decisores.

A Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria nas Entidades Públicas

Rute Abreu

ra@ipg.pt

Liliane Segura

liliane.segura@mackenzie.br

Resumo

A investigação centrar-se-á na importância da Certificação Legal das Contas (CLC) e do Relatório de Auditoria (RA) emitido pelo Revisor/Auditor, como processo de questionamento do seu ceticismo profissional, baseando-se na prestação de contas nas Entidades Públicas, em geral, e nos Municípios, em particular. A metodologia da investigação é suportada em dois referenciais. O primeiro é teórico, através da análise da literatura baseada em fontes documentais, recorrendo às normas inerentes aos Municípios do sistema de informação contabilístico e às normas internacionais de auditoria. O segundo referencial é empírico e demonstra, através do método de estudo de caso, evidências sobre a CLC/RA, considerados na prestação anual de contas dos Municípios. Os resultados da investigação demonstram a relevância das ênfases e das reservas para detetar erros, imprecisões e desajustes, que justificam correções para reforçar a qualidade do sistema de informação contabilístico.

A implementação do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas nas juntas de freguesia de Barcelos

Sara Serra

sserra@ipca.pt

Cristiana Alves

calves696@gmail.com

Resumo

Desde a década de 90 que muitos organismos internacionais se mostram empenhados na resolução do problema da corrupção. Nesta linha, em 2009, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) recomendou a implementação de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) a todas as entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos. Face ao exposto, este estudo visa avaliar a implementação do PGRCIC nas juntas de freguesia do concelho de Barcelos. Para tal, foi ministrado um questionário a todas as juntas de freguesia do concelho de Barcelos, obtendo-se uma taxa de resposta de 85%. Os resultados evidenciaram que, apesar de nenhuma junta de freguesia possuir um PGRCIC, considera este documento importante para o combate à corrupção, corroborando-se a revisão da literatura. Pelo carácter inovador, este estudo pode ajudar as juntas de freguesia a entender a importância dos PGRCIC, bem como a necessidade da sua implementação.

A evolução do relato financeiro ao relato de sustentabilidade/ integrado: uma perspetiva do setor público e privado

Sónia Monteiro

smonteiro@ipca.pt

Verónica Ribeiro

veronica@ipca.pt

Kátia Lemos

klemos@ipca.pt

Resumo

Tem sido crescente a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais na estratégia das organizações e na sua interação com outras partes interessadas (stakeholders). O setor público, em particular, desempenha um papel importante, não apenas na promoção de práticas de responsabilidade social mas também na sua aplicação às suas próprias estruturas, devendo dar o exemplo ao setor privado e ao cidadão.

No âmbito da estratégia seguida a nível internacional para o alcance do desenvolvimento sustentável, reconhece-se, cada vez mais, que a divulgação de informação sobre matérias de responsabilidade social/sustentabilidade é um elemento chave na transparência e accountability das organizações, quer públicas quer privadas.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução ao nível do relato das organizações, nomeadamente os avanços ocorridos desde a informação financeira tradicional até ao relato de informação não financeira, em particular o relato da sustentabilidade e o relato integrado. Destacam-se as especificidades existentes em matéria de relato na perspetiva do setor público. São explorados os principais referenciais de relato a nível internacional (como os da Global Reporting Initiative e da International Integrated Reporting Council) e os recentes desenvolvimentos em matéria de relato não financeiro no seio da União Europeia (UE). A conexão existente entre o relato e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 é também analisada. Por fim, apresenta-se uma breve reflexão sobre o futuro da investigação em torno do relato não financeiro.

Impacto de múltiplos fatores no desequilíbrio financeiro dos municípios portugueses

Sónia Paula da Silva Nogueira

sonia@ipb.pt

Eva Cláudia Gomes da Costa Basílio

evaclaudia_8@hotmail.com

Nuno Adriano Baptista Ribeiro

nunoa@ipb.pt

Resumo

O presente estudo teve como objetivo identificar os determinantes do desequilíbrio financeiro municipal, por forma a controlá-lo, evitando que contribua negativamente para o desequilíbrio financeiro nacional. Analisou a totalidade dos municípios portugueses durante o período de 2014 a 2016, através do teste às hipóteses de investigação, empiricamente formuladas, com o recurso ao modelo econométrico da regressão logística.

Os resultados obtidos mostraram que a população com menos de 15 anos e mais de 65 anos, a independência financeira, as transferências vindas da Administração Central e as despesas com investimento são menos propensas a situações de desequilíbrio financeiro municipal. A ideologia política, a existência de alternância política no executivo do Governo e os municípios com maiores receitas de capital e maiores despesas com pessoal constituem as variáveis explicativas do desequilíbrio financeiro municipal. Não se observa evidência estatística para as variáveis: dimensão da população, densidade populacional, localização, índice de poder de compra e forma de governação. Estas evidências contribuirão para que os responsáveis municipais definam políticas e medidas que reduzam o desequilíbrio financeiro.

Efficiency of public expenditures in healthcare in Brazilian municipalities: A study using Data Envelopment Analysis and Tobit regression

Leonardo Flach

Email: leonardo.flach@gmail.com

Luísa Karam de Mattos

luisakmattos@gmail.com

Gustavo Schwartz

gustavoschwartz77@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos em saúde nos municípios de Santa Catarina. Para atingir este objetivo, coletou-se dados de 293 municípios catarinenses, para o ano de 2017, e utilizou-se uma abordagem estatística em dois estágios. No primeiro estágio foi obtido o grau de eficiência pelo modelo estatístico não paramétrico DEA-CCR com orientação a input. No segundo estágio aplicou-se o modelo multivariado de regressão Tobit. Os resultados permitiram gerar um ranking de eficiência dos municípios catarinenses nos gastos públicos com saúde. Com os resultados obtidos, foi possível averiguar, nas fronteiras padrão, invertida, composta e normalizada, quantos municípios gastaram seus recursos de maneira eficiente e quantos gastaram de maneira ineficiente. Os resultados do modelo de regressão Tobit permitiram verificar quais variáveis mais exerceram impacto na eficiência dos gastos públicos em saúde dos municípios catarinenses.

Os Inventários à Luz do SNC e do SNC-AP

Teresa Godinho

teresa.godinho@esce.ips.pt

Susana Silva

susana.silva@esce.ips.pt

Maria da Conceição Aleixo

conceicao.aleixo@esce.ips.pt

Resumo

O objetivo deste trabalho é a comparação entre a Norma de Contabilidade Pública 10 (NCP10) e a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 18 (NCRF18), ambas dedicadas ao tratamento contabilístico dos Inventários. As especificidades do Setor Público estão patentes na NCP 10, que apresenta diferenças relativamente à NCRF 18, nomeadamente ao nível do entendimento concetual e, consequentemente, do reconhecimento. O conceito de inventários da NCP 10 é mais lato e o reconhecimento tem, naturalmente, outras especificidades além das exigidas pela NCRF 18. O resultado desta análise comparativa contribui para o desenvolvimento de competências, tanto na vertente do processo de ensino aprendizagem, como na ótica profissional.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes na ótica empresarial e pública: o caso especial dos Municípios Portugueses

Andrea Libório Neto

andrealiborio@igf.gov.pt

Bárbara Borges Friza

barbarafriza@igf.gov.pt

Maria Amélia Monteiro

ameliamonteiro@igf.gov.pt

Sónia Silva Barbosa

soniabarbosa@igf.gov.pt

Resumo

Na sequência da harmonização contabilística internacional, Portugal adotou, no que respeita à contabilidade empresarial, as IAS e aprovou o SNC e, ao nível das administrações públicas, o SNC-AP.

Existem, assim, nas realidades privada e pública, diferentes normas internacionais e nacionais para as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, respetivamente, a IAS 37, a NCRF 21 e a NCP 15.

Este trabalho tem por objetivos: efetuar o enquadramento teórico e a análise do quadro normativo, com particular enfoque na subjetividade dos termos que o caracterizam; efetuar uma revisão bibliográfica sobre o tema destacando os principais resultados de diversos estudos empíricos e efetuar um estudo de caso do setor local, através da análise às contas de 2017 dos 10 Municípios com o nível de provisões para riscos e encargos mais elevado, por forma a aferir do grau de cumprimento da NCP 15 nesta matéria, e a contribuir para futuras análises neste âmbito e setor.



COMISSÃO ORGANIZADORA

Maria José Fernandes – Presidente do Instituto Politécnico de Cávado e do Ave
Paula Franco – Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados
Filomena Moreira – Vice-presidente da Ordem dos Contabilistas Certificados
José Pedro Farinha – Diretor da Ordem dos Contabilistas Certificados
Patrícia Gomes – Vice-presidente do Instituto Politécnico de Cávado e do Ave
Sónia Monteiro – Diretora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maria José Fernandes – Presidente do Instituto Politécnico de Cávado e do Ave
Patrícia Gomes – Instituto Politécnico de Cávado e do Ave
Ana Bela Teixeira – Instituto Politécnico de Setúbal
Ana Fialho – Universidade de Évora
Ana Isabel Morais – Instituto Superior de Economia e Gestão
António Pires Caiado – Instituto Piaget
Amélia Silva – Instituto Politécnico do Porto
Augusta da Conceição Ferreira – Universidade de Aveiro
Carlos Menezes – Universidade do Minho
Cidália Lopes – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Clotilde Celorico Palma – Instituto Politécnico de Lisboa
Fátima David – Instituto Politécnico da Guarda
Francesca Manes Rossi – University of Salerno, Itália
Francisco Carreira – Instituto Politécnico de Setúbal
Giuseppe Grossi – University of Kristianstad, Suécia
Graça Maria Azevedo – Universidade de Aveiro
Isabel Brusca – University of Zaragoza, Espanha
Isabel Lourenço – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)
Josette Caruana – University of Malta, Malta
Leonor Fernandes Ferreira – Universidade Nova de Lisboa
Liliana Pereira – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Lúcia Lima Rodrigues - Universidade do Minho
Luís Lima Santos - Instituto Politécnico de Leiria
Maria da Conceição Marques - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Maria do Céu Alves - Universidade da Beira Interior
Marta Guerreiro - Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Míchela Arnaboldi - Polytechnic University of Milan, Itália
Nuno Teixeira - Instituto Politécnico de Setúbal
Patrícia Quesado - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Paula Santos - Instituto Politécnico de Lisboa
Pedro Anunciação - Instituto Politécnico de Setúbal
Pedro Pardal - Instituto Politécnico de Setúbal
Rosa Dasí González - University of Valencia, Espanha
Rui Almeida - Instituto Politécnico de Lisboa
Rute Abreu - Instituto Politécnico da Guarda
Sandra Cohen - University of Athens, Grécia
Sara Serra - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Sant'Ana Fernandes - Universidade do Algarve
Sónia Monteiro - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Sónia Nogueira - Instituto Politécnico de Bragança
Susana Catarino Rua - Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Susana Jorge - Universidade de Coimbra
Teresa Eugénio - Instituto Politécnico de Leiria
Tjerk Budding - VU University of Amsterdam, Holanda
Verónica Ribeiro - Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Vicente Pina - University of Zaragoza, Espanha



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

IPCA

CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE